



CENTRO RODOVIÁRIO PORTUGUÊS

Relatório de Atividade e Contas

2017

CENTRO RODOVIÁRIO PORTUGUÊS
Relatório de Atividade e Contas relativo a 2017

ÍNDICE

	Págs.
1 – INTRODUÇÃO	3
2 – RESENHA DE ATIVIDADES	4
2.1 – 3^{as} Jornadas Novos Ensaios para Caracterização Laboratorial de Agregados e de Misturas Betuminosas	5
2.2 – Seminário Patologias em Infraestruturas de Transporte	5
2.3 – Participação em grupos de trabalho	6
2.4 – Vida associativa e movimento de associados	6
2.5 – Gestão financeira e patrimonial. Regularização das faturas emitidas e não pagas	7
3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	9

Anexo CONTAS 2017:

- Balanço em 31 de Dezembro
- Demonstração de Resultados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
- Anexo às Demonstrações Financeiras

CENTRO RODOVIÁRIO PORTUGUÊS

Relatório de Atividade e Contas relativo a 2017

1 – INTRODUÇÃO

No Relatório de Atividade e Contas relativo a 2017 do Centro Rodoviário Português, a Comissão Executiva apresenta os aspetos relevantes da atividade desenvolvida e os elementos relativos à gestão patrimonial e financeira do Centro. De acordo com os Estatutos do CRP, o Relatório será discutido e votado na Assembleia Geral a realizar em 2018/04/03.

Além desta **INTRODUÇÃO**, o Relatório reparte-se por mais dois Capítulos e inclui o Anexo **“CONTAS”**. No Capítulo **2 – RESENHA DE ATIVIDADES** descrevem-se as principais atividades organizadas, nomeadamente as 3^{as} Jornadas “Novos Ensaios para Caracterização Laboratorial de Agregados e de Misturas Betuminosas”, o Seminário “Patologias em Infraestruturas de Transporte”, referem-se os aspetos relevantes da vida associativa e apresentam-se os dados relativos à gestão financeira e patrimonial. No Capítulo **3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS** fazem-se alguns comentários sobre a forma como decorreu o ano de 2017, bem como sobre atividades que se consideram necessárias para dinamizar a vida associativa.

Um facto muito importante ocorrido em 2017 foi a conclusão judicial das ações intentadas em 2002 e 2012 pela Eng^a Maria da Conceição Azevedo, o que permitiu ao CRP recuperar o valor €122 000 correspondente às penhoras que tinham sido efetuadas.

O Anexo **“Contas”** apresenta as contas do exercício: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e Anexo às Demonstrações Financeiras.

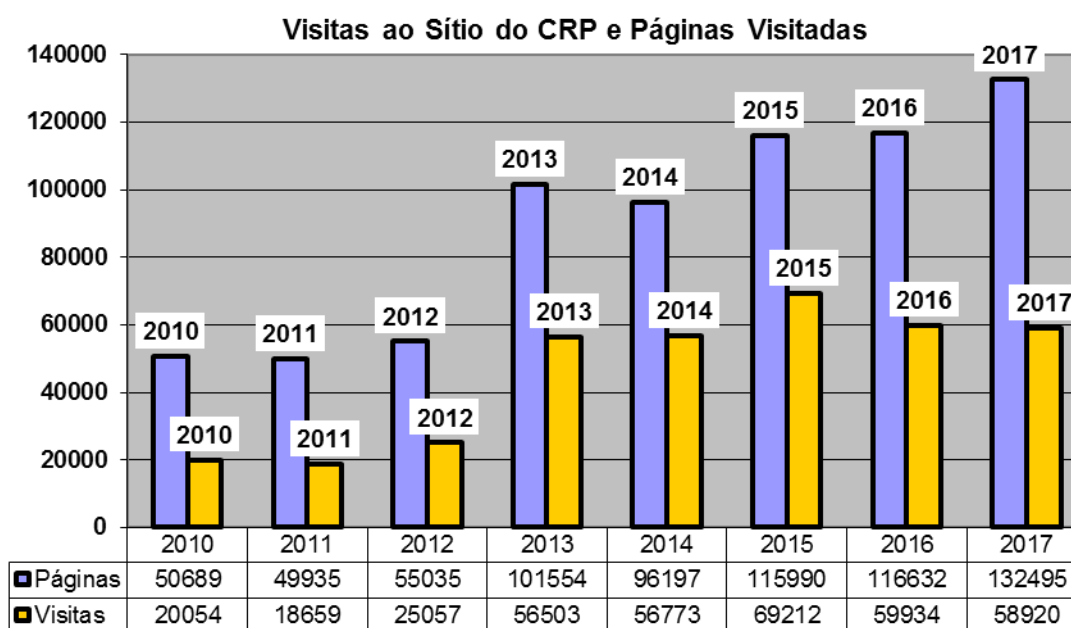
Nos termos estatutários, o Relatório de Atividade e Contas foi primeiro apreciado pelo ROC e depois submetido ao Conselho Fiscal para elaboração de parecer.

2 – RESENHA DE ATIVIDADES

A Organização das 3^{as} Jornadas Novos Ensaios para Caracterização Laboratorial de Agregados e de Misturas Betuminosas e do Seminário Patologias em Infraestruturas de Transporte (vd. 2.1 e 2.2) constituíram as principais atividades realizadas em 2017.

No entanto, diversos imponderáveis obrigaram a que as datas dos dois eventos tivessem sido adiadas para Janeiro de 2018: as Jornadas entre 15 e 17 e o Seminário em 23.

Ao longo do ano os sócios foram atempadamente informados da existência dos diversos eventos, nacionais e internacionais, através de circulares. O sítio do CRP registou os seguintes valores de “visitas” e “páginas” em 2017:



Constata-se um aumento significativo no número de “páginas” consultadas em relação aos valores registados nos anos anteriores, tendo-se ultrapassado os valores de 2010, ano do 16^o Congresso Mundial. O aumento de consulta de “páginas” registado em 2017 está, por certo, associado à organização das 3^{as} Jornadas Novos Ensaios para Caracterização Laboratorial de Agregados e de Misturas Betuminosas e ao Seminário Patologias em Infraestruturas de Transporte, eventos organizados em 2017 e realizados em Janeiro de 2018.

Resumem-se nas próximas secções as principais atividades desenvolvidas em 2017.

2.1 - 3^{as} Jornadas Novos Ensaios para Caracterização Laboratorial de Agregados e de Misturas Betuminosas

O Curso de Actualização de Técnicos de Laboratório, cuja organização teve início em 2017 e foi partilhada com o LNEC, realizou-se de 15 a 17 de Janeiro de 2018. Teve uma duração de 21 horas, ao longo de 3 dias úteis e a participação de 20 técnicos. Este curso foi uma terceira edição do curso realizado em 2009 e 2010.

O curso teve como principal objectivo permitir a actualização de operadores e técnicos de laboratório, dotando-os das ferramentas necessárias para promoverem a Marcação CE das misturas betuminosas produzidas. Foram apresentados e realizados ensaios laboratoriais para a caracterização de misturas betuminosas de acordo com o novo acervo normativo europeu.

Embora o resultado líquido do evento não esteja integralmente refletido nas contas, porque a organização e concretização se repartiram por 2017 e 2018, tal resultado foi positivo no valor de € 2 987,49.

2.2 - Seminário Patologias em Infraestruturas de Transporte

O Seminário, cuja organização se iniciou em Fevereiro de 2017 com uma reunião exploratória no IMT, teve lugar no dia 23 de Janeiro de 2018, no LNEC, e contou com cerca de duas centenas de delegados. Os participantes puderam apresentar resultados práticos de atividades realizadas e debater problemas actuais relativos às patologias em Infraestruturas de transporte, proporcionando assim uma oportunidade para discussão com todos os que têm preocupações relativas ao tema da Manutenção de Ativos no nosso meio científico e técnico.

O Seminário foi co-organizado pelo IMT e pelo CRP e contou com a colaboração da APCAP, da IP e do LNEC. Teve com Presidentes de Sessões, a Eng^a Isabel Botelho (IMT), o Eng^o Rui Manteigas (APCAP) e o Eng^o Rui Coutinho (IP); e como moderadores, o Eng^o Eduardo Fortunato (LNEC), o Eng^o António Macedo (LNEC) e o Prof. Luis Picado Santos (IST). O evento teve um patrocínio da empresa **Limpacanal**.

Os assuntos a tratar foram organizados em torno de três temas: Terraplenagem e drenagem, Pavimentos e Superestrutura de Via.

O Seminário teve como principal objetivo conhecer as patologias mais importantes existentes na infraestrutura das redes em operação – estradas e caminho-de-ferro - com vista a estudar as medidas corretivas necessárias à redução dos custos a suportar na fase de Operação e Manutenção, pelos responsáveis pela sua gestão e pelos utilizadores.

De entre os objetivos secundários destacaram-se dois: por um lado, o Seminário contribuir para estimular a colaboração entre as empresas concessionárias das redes e as instituições de I&D, e, por outro, fomentar o aperfeiçoamento dos procedimentos de projeto que decorrem ao longo do ciclo de vida das infraestruturas, com base num melhor conhecimento do real desempenho destas nas condições de serviço.

O evento realizou-se numa altura em que a Comissão Europeia decidiu dar mais atenção aos projetos de infraestruturas de transportes das redes transeuropeias. Em Portugal, com a rede rodoviária transeuropeia praticamente concluída, com 87% da rede global e 99.8% da rede principal em operação, a prioridade do investimento de construção visa a promoção do transporte de mercadorias através da ferrovia, com um investimento total estimado em € 1.920 milhões no atual quadro comunitário de apoio.

Está em curso um ambicioso plano de modernização da rede ferroviária nacional que visa, essencialmente, aumentar a eficiência da infraestrutura existente e permitir a integração dos chamados corredores de logística, nomeadamente através das ligações dos principais portos e plataformas logísticas às fronteiras com Espanha. Complementarmente estão também em preparação e em desenvolvimento projetos noutros corredores, destinados a promover a interoperabilidade e a suprimir constrangimentos existentes, designadamente no que se refere à eletrificação das linhas do Algarve, do Oeste e do Douro, bem como outras intervenções pontuais.

Nestas condições, a Comissão Organizadora incluiu a infraestrutura ferroviária nos temas do seminário, de modo a fomentar a discussão de questões que tenham semelhanças com as das infraestruturas rodoviária e aeroportuária, em particular no enquadramento científico e nos procedimentos tecnológicos adotados.

Embora o resultado líquido do evento não esteja integralmente refletido nas contas, porque a organização e concretização se repartiram por 2017 e 2018, o referido resultado foi positivo no valor de € 22 684.

2.3 - Participação em grupos de trabalho

Na sequência do convite do Organismo de Normalização Sectorial, ONS – InIR, o CRP indicou vogais efectivos e suplentes para acompanhar os trabalhos das Comissões Técnicas: CT 129 – Materiais para Pavimentação e CT 155 – Equipamentos para Estradas.

2.4 – Vida associativa e movimento de associados

Ao longo do ano foram atempadamente enviadas aos sócios informações sobre ações levadas a cabo pelos Centros de Programa da IRF de Bruxelas e de Genebra, em particular documentos sobre temas atuais, nomeadamente:

- The Voice of the European Road, Newsletter com notícias, iniciativas e actividades, do sector rodoviário, da iniciativa da ERF e outras entidades – Envio mensal / bimestral;
- Bi-Weekly EU Monitoring, acompanhamento quinzenal pela ERF de desenvolvimentos, no sector rodoviário, na União Europeia – Envio quinzenal;
- Anúncio da realização da “18th IRF World Road Meeting”, 14 a 17 de Novembro, em Deli, Índia, organizada pela IFR – Envio a 9 de Janeiro e 15 de Fevereiro de 2017;

- Anúncio da realização da “1st Internacional Roadside Safety Conference”, 12 a 15 de Junho, em São Francisco, na Califórnia – Envio a 3 de Maio de 2017;
- Anúncio da realização da “European Meeting – TRB AFB20(2) Roadside Safety Design Subcommittee on International Research Activities”, 21 de Setembro, em Bruxelas, na Bélgica – Envio a 5 de Maio de 2017;
- Anúncio da publicação pela Comissão Europeia “Europe on the Move” de um conjunto de iniciativas legislativas, centradas no transporte rodoviário – Envio a 6 de Julho de 2017.

Também em 2017 se intensificaram as relações entre o CRP e o IMT.

Relativamente ao movimento de Associados, e por deliberação na 13ª reunião do Conselho Fundador e na 39ª Reunião da Assembleia Geral (20 de Março de 2017), a Comissão Executiva escreveu uma carta a 4 associados (20 de Abril de 2017) com quotas em atraso há mais de 5 anos, informando-os da decisão tomada pelo Conselho Fundador e Assembleia Geral, de fazer um último apelo à regularização voluntária da situação, dando um prazo para a concretizar. No caso de não resposta até à próxima Assembleia Geral, poderão os mesmos vir a ser eliminado da categoria de sócio, passando a respectiva dívida a não ser considerada na contabilidade.

Não tendo havido resposta por parte destes 4 associados, até ao momento, consideram-se desvinculados: Engº Elói Ribeiro, Engª Fátima Pinto, Dr. Luís Parreirão e Engº Teotónio Bouça.

O Associado Engº António Manuel Teixeira enviou um e-mail (Dezembro 2017) com pedido de desvinculação do CRP.

2.5. – Gestão financeira e patrimonial. Regularização das faturas emitidas e não pagas

2.5.1– Faturas regularizadas em 2017

Em 2017 cobraram-se € 1 875, correspondentes a parte de uma fatura de quotas emitida em 2013 a um ex-associado que se encontra em processo de revitalização. Assim, em 31 de Dezembro de 2017, as faturas em dívida emitidas até 2016 ascendem a cerca de € 50 443 (33 faturas).

Em Dezembro de 2017 ficaram em dívida cerca de €61 514, relativos a 44 faturas emitidas entre 2000 e 2017. O referido valor corresponde essencialmente a quotas em atraso, as quais atingem cerca de € 56 895.

Observa-se que cerca desses, € 31 875 dizem respeito a empresas que foram associadas, e que entretanto se desvincularam e/ou estão em processo de revitalização. É a seguinte a repartição dessas faturas pelos anos transatos:

1 - No final de 2016, encontravam-se por cobrar faturas emitidas:

- entre 2000 e 2015: € 44 069 (28 faturas)
- em 2016: € 8 250 (5 faturas)
- TOTAL € 52 319 (33 faturas)

2 - No final do ano, das faturas emitidas em 2017 (€ 136 025) estavam em dívida €11 070 (11 faturas): €7 800 relativos a quotas e €3 270 relativos ao Seminário e às Jornadas realizadas em Janeiro de 2018, mas cujas atividades de preparação tinham sido maioritariamente realizadas em 2017.

Tem-se assim que no final de 2017 as faturas em dívida ascendem a € 61 514, e repartem-se por:

- Quotas: € 56 895
- Eventos: €4 619

A Comissão Executiva agradece a colaboração de todos os sócios na recuperação da dívida relativa às quotas.

2.5.2– Comentários ao Anexo Contas do Exercício

Os documentos incluídos no **Anexo Contas do Exercício**, preparados pelo Contabilista Certificado, contêm diversos comentários destinados a facilitar a sua apreciação. De seguida apresentam-se alguns comentários da C.E. sobre os aspetos mais relevantes das contas, nomeadamente sobre valores que constam do **Balanço** e da **Demonstração de Resultados**.

No **Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017**, a rubrica **ACTIVO CORRENTE**, regista alterações muito significativas resultantes da conclusão das ações interpostas pela Eng.ª Conceição Azevedo e conseqüente regularização das penhoras. Assim, rubrica **outros ativos correntes** regista uma redução significativa para €59 006, o qual resulta da devolução das penhoras efetuadas em anos anteriores. Nestas condições, o valor recuperado (€ 122 000) foi aplicado num depósito a prazo (refletido na rubrica **caixa e depósitos**) e numa outra aplicação financeira do BCP melhor remunerada (refletida na rubrica **outros ativos correntes**).

Na **Demonstração Individual de Resultados por Naturezas do Exercício de 2017**, o decréscimo registado relativamente a 2016 na rubrica **ventas e serviços prestados**, justifica-se pela menor faturação associada aos dois eventos realizados, conforme detalhado na **nota 11.7 do Anexo**.

Observa-se que na referida **nota** estão incluídas prestações de serviços: €1 031 correspondentes às Jornadas e € 22 052 ao Seminário.

Relativamente a 2016, a redução registada na rubrica **fornecimentos e serviços externos** está naturalmente associado à não realização do Congresso Nacional, e ao menor volume de custos realizados com os dois eventos atrás referidos.

A redução registada em **Gastos com Pessoal** resulta da não contratação de pessoal para colaborar na organização dos eventos em 2017.

A rubrica **resultado do exercício antes de impostos** foi de € - 40 261,15 valor que aumentou para € -40 681,77 após impostos.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2017 a atividade do CRP concentrou-se fundamentalmente na organização das 3^{as} Jornadas Novos Ensaios para Caracterização Laboratorial de Agregados e de Misturas Betuminosas, e do Seminário Patologias em Infraestruturas de Transporte. Mantiveram-se as atividades de participação em grupos de trabalho, e de divulgação sobre aspetos relevantes da Construção da Rede Rodoviária Nacional, no país e no estrangeiro.

O resultado líquido de exercício de 2017 foi de € -40 681,77, o qual se propõe seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 14 de Março de 2018


A Comissão Executiva



Ricardo Oliveira
Presidente



António Pinelo
Vice-Presidente Executivo



José Joaquim Ferreira Martins
José Joaquim Martins
Vogal

Anexo

Contas:

Balanço e Demonstração de Resultados

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
ACTIVO			
Activo não Corrente:			
Activos fixos tangíveis	5	0,00	728,52
Investimentos financeiros		56,41	56,41
		<u>56,41</u>	<u>784,93</u>
Activo Corrente:			
Créditos a receber	6 / 9	10.770,00	650,00
Estado e outros entes públicos	11.2	546,41	298,92
Diferimentos	11.3	1.264,45	1.517,31
Outros activos correntes	4 / 9	59.005,51	152.375,45
Caixa e depósitos bancários	4	247.894,24	213.477,64
		<u>319.480,61</u>	<u>368.319,32</u>
Total do Activo		<u><u>319.537,02</u></u>	<u><u>369.104,25</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.4	815.596,58	815.596,58
Reservas	11.4	1.522.433,04	1.522.433,04
Resultados transitados	11.4	(2.005.326,89)	(2.044.565,27)
		<u>332.702,73</u>	<u>293.464,35</u>
Resultado líquido do período	11.4	(40.681,77)	39.238,38
		<u>292.020,96</u>	<u>332.702,73</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u><u>292.020,96</u></u>	<u><u>332.702,73</u></u>
PASSIVO			
Passivo não Corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Passivo Corrente:			
Fornecedores	9	6.316,96	338,43
Estado e outros entes públicos	11.2	1.527,53	4.550,73
Diferimentos	11.3	13.018,62	0,00
Outros passivos correntes	9	6.652,95	31.512,36
		<u>27.516,06</u>	<u>36.401,52</u>
Total do Passivo		<u><u>27.516,06</u></u>	<u><u>36.401,52</u></u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u><u>319.537,02</u></u>	<u><u>369.104,25</u></u>

O Contabilista Certificado


Joaquim António de Aguiar Rodrigues

A Comissão Executiva


Ricardo Alberto Matos Oliveira
Presidente


António Manuel Serrano Pinelo
Vice- Presidente Executivo



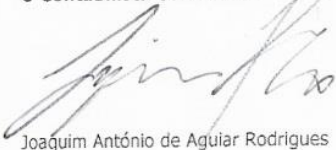
José Joaquim Ferreira Martins
Vogal

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	7/11.7	131.383,46	295.099,43
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	11.5	(44.271,12)	(106.460,34)
Gastos com o pessoal	11.6	(116.199,65)	(143.712,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	925,00	3.550,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outros rendimentos	11.9	2.778,07	9,00
Outros gastos	11.8	(15.845,75)	(9.882,00)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(41.229,99)	38.603,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(728,52)	(728,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(41.958,51)	37.874,97
Juros e rendimentos similares obtidos	11.10	1.697,36	1.859,91
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		(40.261,15)	39.734,88
Imposto sobre o rendimento do período	8/11.1	(420,62)	(496,50)
Resultado líquido do período		(40.681,77)	39.238,38

O Contabilista Certificado



Joaquim António de Aguiar Rodrigues

A Comissão Executiva



Ricardo Alberto Matos Oliveira
Presidente



António Manuel Serrano Pinelo
Vice- Presidente Executivo

JOSE JOAQUIM FERREIRA MARTINS

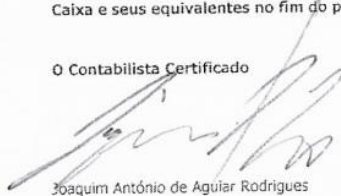
José Joaquim Ferreira Martins
Vogal

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes		126.830,00	300.589,17
Pagamentos a fornecedores		(39.333,58)	(83.030,63)
Pagamentos ao pessoal		(68.288,21)	(58.028,93)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.283,95	947,43
Outros recebimentos/pagamentos		62.684,29	(204.997,63)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		83.176,45	(44.520,59)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		(50.000,00)	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1.240,15	2.400,98
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades investimento (2)		(48.759,85)	2.400,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recabimentos provenientes de:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		34.416,60	(42.119,61)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		213.477,64	255.597,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		247.894,24	213.477,64

O Contabilista Certificado



Joaquim António de Aguiar Rodrigues

A Comissão Executiva



Ricardo Alberto Matos Oliveira

Presidente



António Manuel Serrano Pinelo

Vice- Presidente Executivo

José Joaquim Ferreira Martins

José Joaquim Ferreira Martins

Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2017	1	815.596,58	1.522.433,04	(2.044.565,27)	39.238,38	332.702,73	332.702,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0,00	0,00	39.238,38	(39.238,38)	0,00	0,00
		0,00	0,00	39.238,38	(39.238,38)	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(40.681,77)	(40.681,77)	(40.681,77)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(79.920,15)	(40.681,77)	(40.681,77)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2017	6=1+2+3+5	815.596,58	1.522.433,04	(2.005.326,89)	(40.681,77)	292.020,96	292.020,96

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2016	1	890.596,58	1.447.433,04	(1.990.836,59)	(53.728,68)	293.464,35	293.464,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	(75.000,00)	75.000,00	(53.728,68)	53.728,68	0,00	0,00
		(75.000,00)	75.000,00	(53.728,68)	53.728,68	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				39.238,38	39.238,38	39.238,38
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				92.967,06	39.238,38	39.238,38
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2016	6=1+2+3+5	815.596,58	1.522.433,04	(2.044.565,27)	39.238,38	332.702,73	332.702,73

O Contabilista Certificado

Joaquim António de Aguiar Rodrigues

A Comissão Executiva

Ricardo Alberto Matos Oliveira
Presidente

António Manuel Serrano Pinelo
Vice- Presidente Executivo

JOSE JOAQUIM FERREIRA MARTINS

José Joaquim Ferreira Martins
Vogal

Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O C.R.P. – Centro Rodoviário Português é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Praça de Alvalade, n.º 6 – 2 FTR sala 3, Lisboa, constituída em 1999 e que tem como actividade principal contribuir para o progresso da rede rodoviária.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com o regime da Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36A/2011, de 9 de Março (Regime de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 27 de Julho (Código de Contas);

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Associação ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras****a) Activos fixos tangíveis****i. Bases de mensuração:**

Os activos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

ii. Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método de quotas constantes e numa base anual.

De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

iii. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

	Vida útil	Taxa de Amortização
Edifícios e outras construções	5 anos	20%
Equipamento administrativo	3 - 8 anos	12,5 % - 33,3%
Outros activos fixos tangíveis	8 anos	12,5%

b) Instrumentos financeiros

i. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros

Todos os activos e passivos financeiros são mensurados ao custo

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Associação como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Associação; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Associação. A Associação não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Associação forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

d) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber" ou "Diferimentos".

e) Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem apenas o efeito dos impostos correntes, e representam a quantia que se espera que seja paga às autoridades fiscais, aplicando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

f) Rédito

Os serviços prestados são reconhecidos, com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço, quando o seu desfecho puder ser estimado com fiabilidade, o que implica que: (i) o rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (ii) for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade; (iii) a fase de acabamento da transacção possa ser mensurada com fiabilidade; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para a concluir possam ser mensurados com fiabilidade.

A fase de acabamento é, neste contexto, definida como a proporção entre o tempo decorrido desde a emissão da facturação da quotização até à data de relato e o período total abrangido pela quotização facturada.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo.

g) Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são reconhecidos quando ocorre um aumento de benefícios económicos futuros relativos a um aumento num activo ou a uma diminuição de um passivo, e são mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

h) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

i) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, a Comissão Executiva da Associação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios definidos no sistema de normalização contabilística vigente em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adoptados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de activos e passivos do próximo período financeiro.

Atendendo que não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estão identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos activos e passivos escriturados.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da Comissão Executiva sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo de caixa e de depósitos bancários era o seguinte:

	2017	2016
Caixa		
Caixa euros	500,00	500,00
Total	<u>500,00</u>	<u>500,00</u>
Depósitos bancários à ordem		
Banco Comercial Português	4 572,55	4 312,13
Novo Banco	150,43	101 165,51
Total	<u>4 722,98</u>	<u>105 477,64</u>
Outros depósitos bancários		
Banco Comercial Português	42 000,00	7 500,00
Novo Banco	200 671,26	100 000,00
Total	<u>242 671,26</u>	<u>107 500,00</u>
Total de caixa e de depósitos bancários	<u>247 894,24</u>	<u>213 477,64</u>
Outros instrumentos financeiros		
Banco Comercial Português	50 000,00	0,00
Total	<u>50 000,00</u>	<u>0,00</u>

O valor de 50 000,00 euros da rubrica outros instrumentos financeiros, são obrigações "Millennium Rendimento trimestral 2017". No balanço o valor referido está registado em outros activos correntes devido à sua natureza.

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Divulgação sobre activos fixos tangíveis

a). Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período

	Activo Bruto	2017		Activo líquido	Activo Bruto	2016		Activo líquido
		Amortização e perdas por imparidade acumuladas				Amortização e perdas por imparidade acumuladas		
Edifícios e outras construções	2 711,20	2 711,20	0,00	2 711,20	2 168,96	542,24		
Equipamento administrativo	34 897,27	34 897,27	0,00	34 897,27	34 722,98	174,29		
Outros activos fixos tangíveis	1 401,11	1 401,11	0,00	1 401,11	1 389,12	11,99		
Total	39 009,58	39 009,58	0,00	39 009,58	38 281,06	728,52		

b). Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Transf. e abates	Saldo Final
Edifícios e outras construções	2 711,20	0,00	0,00	0,00	2 711,20
Equipamento administrativo	34 897,27	0,00	0,00	0,00	34 897,27
Outros activos fixos tangíveis	1 401,11	0,00	0,00	0,00	1 401,11
Total	39 009,58	0,00	0,00	0,00	39 009,58

Depreciações	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Transf. e abates	Saldo Final
Edifícios e outras construções	2 168,96	542,24	0,00	0,00	2 711,20
Equipamento administrativo	34 722,98	174,29	0,00	0,00	34 897,27
Outros activos fixos tangíveis	1 389,12	11,99	0,00	0,00	1 401,11
Total	38 281,06	728,52	0,00	0,00	39 009,58

Activo líquido	2017	2016
Edifícios e outras construções	0,00	542,24
Equipamento administrativo	0,00	174,29
Outros activos fixos tangíveis	0,00	11,99
Total	0,00	728,52

A quantia reconhecida em edifícios e outras construções refere-se a obras efectuadas em propriedade alheia, sendo a depreciação reconhecida durante o período do contrato de arrendamento.

6. IMPARIDADE DE ACTIVOS

6.1 Decomposição dos movimentos relativos ao reconhecimento de perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade durante o período:

a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período;

	2017		2016	
	Imparidade em Dividas a receber		Imparidade em Dividas a receber	
Cientes	950,00		200,00	
Total	950,00		200,00	

b) Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período;

	2017 Reversão de imparidade em Dividas a receber	2016 Reversão de imparidade em Dividas a receber
Cientes	1 875,00	3 750,00
Total	<u>1 875,00</u>	<u>3 750,00</u>

6.2 Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Imparidade em dívidas a receber	51 668,75	950,00	0,00	1 875,00	50 743,75
Total	<u>51 668,75</u>	<u>950,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 875,00</u>	<u>50 743,75</u>

7. RÉDITOS

7.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2017	2016
Vendas	0,00	9,43
Prestação de serviços	131 383,46	295 090,00
Juros Obtidos	1 697,36	1 859,91
Total	<u>133 080,82</u>	<u>296 959,34</u>

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

8.1 Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

	2017	2016
Impostos correntes	420,62	496,50
Total	<u>420,62</u>	<u>496,50</u>

8.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico:

	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		1 697,36		1 859,91
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal	21	356,47	21	390,58
Efeito fiscal gerado por:				
Resultados sujeitos a tributação autónoma	10	64,17	10	105,92
Imposto sobre o rendimento do período		<u>420,64</u>		<u>496,50</u>

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1 Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros:

Activos financeiros	2017			2016		
	Valor	Imparidade	Valor líquido	Valor	Imparidade	Valor líquido
Clientes	61 513,75	50 743,75	10 770,00	52 318,75	51 668,75	650,00
Outros activos correntes						
Devedores por acréscimos de rendimentos	9 000,96	0,00	9 000,96	203,62	0,00	203,62
Outros devedores	4,55	0,00	4,55	152 171,83	0,00	15 2171,83
Total	9 005,51	0,00	9 005,51	152 375,45	51 668,75	15 2375,45
Total	70 519,26	50 743,75	19 775,51	204 694,20	51 668,75	15 3025,45
Passivos financeiros						
Fornecedores	6 316,96	0,00	6 316,96	338,43	0,00	338,43
Outras passivos correntes						
Adiantamentos de clientes	1 600,00	0,00	1 600,00	850,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	5 396,30	0,00	5 396,30
Credores por acréscimos de gastos	4 881,13	0,00	4 881,13	4 415,44	0,00	4 415,44
Outros credores	171,82	0,00	171,82	20 850,62	0,00	20 850,62
Total	6 652,95	0,00	6 652,95	31 512,36	0,00	31 512,36
Total	12 969,91	0,00	12 969,91	31 850,79	0,00	31 850,79

9.2 Antiguidade das dívidas de clientes:

	2017		2016	
2002	399,04	0,65%	399,04	0,76%
2005	119,71	0,19%	119,71	0,23%
2008	100,00	0,16%	100,00	0,19%
2009	200,00	0,33%	200,00	0,38%
2010	300,00	0,49%	300,00	0,57%
2011	400,00	0,65%	400,00	0,77%
2012	200,00	0,33%	200,00	0,38%
2013	2 475,00	4,02%	4 350,00	8,32%
2014	22 700,00	36,90%	22 700,00	43,39%
2015	15 300,00	24,87%	15 300,00	29,24%
2016	8 250,00	13,41%	8 250,00	15,77%
2017	11 070,00	18,00%	----	----
Total	61 513,75		52 318,75	

10. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de empregados ao serviço da associação no exercício de 2017 foi de 2 pessoas.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1 Apuramento do resultado fiscal

Nos termos dos Estatutos o C.R.P. – Centro Rodoviário Português é uma Associação sem fins lucrativos. Todavia, praticando actos que entram em concorrência directa com sujeitos passivos de imposto, é considerada a Associação, um sujeito passivo misto em sede de IVA e de IRC.

O C.R.P. – Centro Rodoviário Português apesar de não exercer a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola é tributado em sede de IRC à taxa de 21,0% sobre o rendimento global que entra em concorrência com sujeitos passivos de imposto, deduzidos os custos indispensáveis à obtenção de ditos rendimentos.

Apuramento do resultado fiscal:

Rendimentos	2017	2016
Actividade associativa		
Juros bancários	1 697,36	1 859,91
Total	1 697,36	1 859,91
Total de rendimentos	1 697,36	1 859,91
Resultado fiscal	1 697,36	1 859,91

11.2 Estado e outros entes públicos

	2017		2016	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o rendimento	546,41	0,00	298,92	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	481,00	0,00	2 374,00
Contribuições para a segurança social	0,00	1 046,53	0,00	2 176,73
Total	546,41	1 527,53	298,92	4 550,73

11.3 Diferimentos

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	177,99	283,98
Rendas e alugueres	718,97	730,21
Conservação e reparação	165,75	171,75
Gastos condomínio	173,97	173,97
Electricidade	27,82	31,51
Outros gastos a reconhecer	0,05	125,89
Total	1 264,55	1 517,31

	2017	2016
Rendimentos a reconhecer		
Jornadas e seminários	13 018,62	0,00
Total	13 018,62	0,00

11.4 Fundos Patrimoniais

	2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	2017
Fundos	815 596,58	0,00	0,00	0,00	815 596,58
Reservas	1 522 433,04	0,00	0,00	0,00	1 522 433,04
Resultados transitados	(2 044 565,27)	0,00	0,00	39 238,38	(2 005 326,89)
Resultado líquido do exercício	39 238,38	0,00	40 681,77	(39 238,38)	(40 681,77)
Total	332 702,73	0,00	40 681,77	0,00	292 020,96

11.5 Fornecimentos e serviços externos

	2017	2016
Trabalhos especializados	9 947,12	28 701,80
Honorários	2 400,00	3 200,00
Conservação e reparação	3399,57	5 447,97
Serviços bancários	129,38	671,18
Ferramentas e utensílios	560,67	3 278,29
Material de escritório	179,62	963,69
Outros	0,00	1 384,00
Electricidade	427,73	358,00
Combustíveis	1 474,10	1 588,70
Água	44,74	32,99
Deslocações e estadas	970,20	2 273,86
Transportes de pessoal	186,80	210,60
Rendas e alugueres	19 509,75	25 477,26
Comunicação	1 300,67	1 625,77
Seguros	36,99	700,42
Contencioso e notariado	0,00	783,96
Despesas de representação	641,70	1 059,15
Limpeza higiene e conforto	19,12	135,64
Outros serviços	3 042,96	28 567,06
Total	44 271,12	106 460,34

11.6 Gastos com o pessoal

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais		
Vencimentos	59 693,12	58 188,22
Subsídio de alimentação	1 093,84	1 033,34
Senhas de presença	19000	19 500,00
Especialização vencimentos	0,00	17 436,50
Total	79 786,96	96 158,06
Remunerações do pessoal		
Vencimentos	14 400,00	19 217,07
Subsídio de férias	1 200,00	2 024,27
Subsídio de Natal	1 200,00	1 597,50
Subsídio de alimentação	1 551,22	2 256,32
Especialização férias e subsídio férias	350,00	3 190,92
Indemnizações	0,00	507,92
Total	18 701,22	28 794,00
Encargos sobre remunerações		
Órgãos sociais	12 979,19	12 845,23
Pessoal	3 848,48	5 260,17
Fundo de compensação	0,00	4,12
Pessoal especialização férias e subsídio férias	78,04	0,05
Total	16 905,71	18 109,57
Seguros de acidentes no trabalho		
Seguro de acidentes no trabalho	754,76	651,02
Total	754,76	651,02
Outros gastos com o pessoal		
Outros gastos com o pessoal	51,00	0,00
Total	51,00	0,00
Total	116 199,65	143 712,65

11.7 Vendas e prestações de serviços por actividade

	2017	2016
Venda livros	0,00	9,43
Quotas	108 300,00	108 400,00
Congresso Rodoviário Português	0,00	186 690,00
Jornadas " Novos ensaios"	1 031,38	0,00
Seminário "Patologias"	22 052,08	0,00
Total	131 383,46	295 099,43

O reconhecimento de rendimentos em 2017 relativos às Jornadas "Novos ensaios para a caracterização laboratorial de agregados e de misturas betuminosas" no valor de 1031,38 euros, e ao seminário " Patologias nas infraestruturas de transporte" no valor de 22052,08 euros foram calculados na proporção dos gastos incorridos em 2017 em cada um dos eventos.

11.8 Outros gastos

	2017	2016
Outros gastos	15 845,75	9 882,00
Total	15 845,75	9 882,00

11.9 Outros rendimentos

	2017	2016
Outros rendimentos	2 778,07	9,00
Total	2 778,07	9,00

11.10 Juros, dividendos e outros rendimentos similares

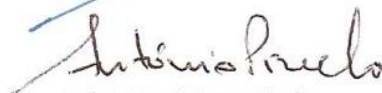
	2016	2016
Juros obtidos de depósitos	1 697,36	1 859,91
Total	1 697,36	1 859,91

O Contabilista Certificado



Joaquim António de Aguiar Rodrigues

A Comissão Executiva


Ricardo Alberto Matos Oliveira
O Presidente

António Manuel Serrano Pinelo
O Vice-Presidente Executivo

José Joaquim Ferreira Martins
O Vogal